

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO - A JUSTIÇA

José Pacheco, Dicionário de valores

Bento XVI diz que os cristãos não deverão respeitar leis injustas. Mas, num país que conta mais de um milhão de leis, a única lei que se cumpre sem exceção parece ser a da gravidade... Pois que se aja e se assuma resiliência, porque ainda há gente que se importa. Numa época de injustiças como a nossa, façamos a nossa parte, façamos luz sobre os males de que o mundo padece, para que sejam abertos rasgões de luz na cortina de escuridão que sobre ele caiu, e sob a qual prosperam ladrões e tiranos. Urge debelar o medo, esse disfarce usado quando se faz o que sempre se fez, como se nada de indigno tivesse acontecido.

Diz-nos o dicionário que valor (do latim *valore*) é qualidade de quem pratica atos extraordinários e, eticamente, um princípio passível de orientar a ação humana. Se assim for, convirá seguir o preceito do Dalai Lama: “Precisamos ensinar, do jardim de infância até a Faculdade, que a moralidade é o caminho da felicidade. O sistema educacional moderno presta somente atenção ao desenvolvimento do cérebro e não o desenvolvimento moral”. Porque, se a escola não é o primeiro lugar para se educar o indivíduo, também não deverá ser o primeiro lugar para deseducá-lo; mas um lugar e tempo de aprendizagem de valores. Quando, no quadro de uma reorganização curricular, instituiu-se “uma hora semanal de Educação para a cidadania”, eu questionei os autores da proposta: por que razão não deveriam ser as restantes horas de “Educação na cidadania”? Quem nunca viu uma criança furando a fila de merenda? Quem nunca viu a família dessa criança jogando lixo na rua e entupindo os bueiros? Até que ponto a escola pode promover uma inútil acumulação cognitiva e se demitir da função de educar?

Clamemos por justiça, onde quer que os nossos atos possam promovê-la, atenuando a crise da sua ausência. Leonardo Boff nos diz que a crise que nos afeta não é uma crise cíclica e que uma nova ordem mundial é necessária, um novo modo de habitar a Terra. E Alain Touraine lança um alerta: “ou a crise acelera a formação de uma nova sociedade, ou virá um tsunami que poderá arrasar tudo pela frente, pondo em perigo mortal a nossa própria existência no planeta”.

01. O primeiro período do texto – Bento XVI diz que os cristãos não deverão respeitar leis injustas – tem a função textual de:
- indicar um ponto de discussão sobre o qual há uma intensa polémica.
 - destacar uma reflexão que parece não ser adequada aos tempos modernos.
 - servir de ponto de reflexão religiosa, sob o qual o texto vai discutir o tema da justiça.
 - mostrar um ensinamento que serve de tese ao autor do texto e cujos argumentos de convencimento são apresentados no decorrer do texto.
02. A frase “Bento XVI diz que os cristãos não deverão respeitar leis injustas” pode ser reescrita de modos diversos; a forma de reescrevê-la que modifica o seu sentido original é:
- Segundo Bento XVI, respeitar leis injustas não é dever dos cristãos.
 - Leis injustas não deverão ser respeitadas pelos cristãos, diz Bento XVI.
 - Os cristãos não deverão respeitar leis injustas, conforme diz Bento XVI.
 - Entre os deveres cristãos não se inclui o respeito a leis injustas, diz Bento XVI.
03. O comentário “num país que conta mais de um milhão de leis” tem valor de:
- crítica ao excesso de leis.
 - elogio à preocupação com a justiça.
 - afirmação positiva sobre nosso arcabouço legal.
 - dúvida diante da impossibilidade de conhecimento.
04. Na frase “a única lei que se cumpre sem exceção parece ser a da gravidade”, há um certo tom humorístico; esse humor é produzido basicamente pelo seguinte fato:
- pela crítica ao não cumprimento de leis no Brasil.
 - pela polissemia da palavra lei, tomada em sentido diverso.
 - pela denúncia contra a desigualdade dos cidadãos diante das leis.
 - pela incoerência entre termos, já que a lei da gravidade não pode deixar de ser cumprida.
05. Na frase “Pois que se aja...” há uma forma verbal de presente do subjuntivo do verbo agir; a frase abaixo em que uma forma verbal, colocada no mesmo tempo e modo, apresenta **ERRO** é:
- Pois que se cumpra... (cumprir)
 - Pois que se maquie... (maquiar)
 - Pois que se requeira... (requerer)
 - Pois que se consuma... (consumar)
06. Na frase “Pois que se aja e se assuma **resiliência**...”, o termo negrito está corretamente definido, no contexto em que se insere, por:
- “propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica”.
 - “restauração do aspecto ou forma primitiva, extirpando o que lhe havia sido eventualmente acrescentado”.
 - “capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças”.
 - “ideia ou imagem que concebemos do mundo ou de alguma coisa”.
07. “Pois que se aja e se assuma resiliência, **porque** ainda há gente que se importa”; “eu questionei os autores da proposta: **por que** razão não deveriam ser as restantes horas de ‘Educação na cidadania?’”
- Observamos aqui que a grafia do vocábulo negrito é variável segundo as condições contextuais; a alternativa em que a forma desse mesmo vocábulo está **INCORRETA** é:
- A justiça porque se luta é utópica.
 - Qual será o porquê de haver tantas injustiças?
 - Os cristãos não devem respeitar as leis injustas por quê?
 - Isso ocorre porque alguns dizem uma coisa e fazem outra.
08. “Numa época de injustiças como a nossa, façamos a nossa parte, façamos luz sobre os males de que o mundo padece, para que sejam abertos rasgões de luz na cortina de escuridão que sobre ele caiu, e sob a qual prosperam ladrões e tiranos”. Nesse segmento do texto há o emprego de linguagem figurada para a composição da ideia a ser transmitida ao leitor. São exemplos de figuras de linguagem:
- façamos a nossa parte / façamos luz sobre os males
 - época de injustiças / façamos a nossa parte
 - façamos luz sobre os males / rasgões de luz
 - rasgões de luz / ladrões e tiranos

09. “Numa época de injustiças como **a nossa**, façamos a nossa parte, façamos luz sobre os males **de que** o mundo padece, para que sejam abertos rasgões de luz na cortina de escuridão que sobre **ele** caiu, e sob **a qual** prosperam ladrões e tiranos”. Nesse segmento há quatro termos destacados que se referem a termos anteriores; a alternativa em que o elemento referido por um desses termos está identificado **INCORRETAMENTE** é:
- A) a qual / luz na cortina de escuridão
 B) a nossa / época de injustiças
 C) de que / os males
 D) ele / o mundo
10. “Precisamos ensinar, do jardim de infância até a Faculdade, que a moralidade é o caminho da felicidade. O sistema educacional moderno presta somente atenção ao desenvolvimento do cérebro e não o desenvolvimento moral”. Esse pensamento do Dalai Lama é composto de dois períodos; o conectivo que estaria bem colocado entre esses dois períodos é:
- A) pois
 B) porém
 C) porque
 D) embora
11. “Quando, no quadro de uma reorganização curricular, instituiu-se “uma hora semanal de Educação para a cidadania”, eu questionei os autores da proposta: por que razão não deveriam ser as restantes horas de “Educação na cidadania”?” O questionamento do autor defende a ideia de que:
- A) todas as aulas da escola deveriam educar na cidadania.
 B) as aulas de cidadania não deveriam estar na escola, mas em casa.
 C) a educação para a cidadania deveria ser substituída por educação na cidadania.
 D) uma reorganização curricular deveria obrigatoriamente incluir aulas de educação na cidadania.
12. Os fatos citados de crianças que furam a fila da merenda e pessoas que jogam lixo nas ruas e entopem os bueiros são citados para indicar que:
- A) as escolas se preocupam prioritariamente com a acumulação cognitiva.
 B) a sociedade brasileira tem educação pública deficiente.
 C) as aulas de cidadania são absolutamente necessárias.
 D) a escola não tem realizado seu papel educativo.
13. A alternativa em que o elemento negrito tem uma proposta de substituição **INADEQUADA** é:
- A) “...porque ainda há gente **que se importa**” / consciente.
 B) “...a única lei **que se cumpre** sem exceção...” / cumprida.
 C) “...para que sejam abertos rasgões **de luz** na cortina de escuridão...” / luminosos.
 D) “...a única lei que se cumpre **sem exceção** parece ser a da gravidade” / excepcionalmente.
14. Em todas as alternativas abaixo está presente o conectivo E; o segmento em que esse conectivo apresenta um valor não aditivo, como nos demais, é:
- A) “Pois que se aja e se assuma resiliência...”
 B) “...mas um lugar e tempo de aprendizagem de valores”
 C) “...a escola pode apenas promover uma inútil acumulação cognitiva e se demitir da função de educar?”
 D) “...é qualidade de quem pratica atos extraordinários e, eticamente, um princípio passível de orientar a ação humana”.
15. O alerta final do texto recorre argumentativamente à seguinte estratégia:
- A) interessar o leitor a fazer algo, destacando os benefícios de sua ação.
 B) seduzir o leitor, apelando para a sua responsabilidade social.
 C) constranger o leitor, indicando nossos maus procedimentos.
 D) amedrontar o leitor, mostrando-lhe os perigos próximos.

LEGISLAÇÃO

16. Um servidor em atividade foi posto em exercício provisório em outro município. Este servidor terá o seguinte prazo mínimo, contado da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo:
- A) 10 dias
 B) 15 dias
 C) 20 dias
 D) 30 dias
17. Considere a hipótese de um servidor efetivo que, após responder a processo disciplinar administrativo, é considerado culpado e demitido, mas a decisão administrativa vem a ser anulada por decisão judicial. No caso de o seu cargo já ter sido extinto, o servidor será incluído na seguinte condição:
- A) empossado em cargo de mesma remuneração
 B) reintegrado em cargo de função semelhante
 C) readmitido em seu cargo original
 D) colocado em disponibilidade
18. Quando, por interesse da administração, se dá o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, após prévia apreciação do órgão central do SIPEC, pode-se dizer que ocorre um caso de:
- A) remoção
 B) recondução
 C) readaptação
 D) redistribuição

19. O servidor público **NÃO** poderá exercer atividade remunerada enquanto se encontrar em gozo de licença por:
- doença em pessoa da família
 - desempenho de mandato classista
 - afastamento do cônjuge
 - interesse particular
20. Aplica-se a pena de suspensão ao servidor público que tiver a seguinte conduta:
- praticar incontinência pública
 - revelar segredo apropriado em razão do cargo
 - retirar, sem autorização, um objeto da repartição
 - praticar usura sob qualquer de suas formas
21. Será obrigatória a instauração de processo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição da seguinte penalidade:
- prisão administrativa
 - advertência por escrito
 - suspensão por 15 dias
 - cassação de aposentadoria
22. Como medida cautelar e a fim de que não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar que o servidor seja afastado do exercício do cargo, pelo prazo de até:
- 60 dias
 - 90 dias
 - 120 dias
 - 180 dias
23. O afastamento para prestar colaboração a outra instituição federal de ensino (IFE) será autorizado pela seguinte autoridade:
- Conselho Federal de Ensino
 - dirigente máximo da IFE
 - Ministro de Estado da Educação
 - Coordenador do Sistema Federal de Ensino
24. Promover o desenvolvimento institucional, subsidiando a definição de diretrizes para políticas de gestão de pessoas e garantindo a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade, é um objetivo do programa de:
- capacitação e aperfeiçoamento
 - avaliação de desempenho
 - alocação de cargos
 - educação formal
25. A progressão por capacitação profissional provocará a mudança de nível do servidor, que atender ao programa de capacitação previsto em lei e respeitará o interstício de:
- 6 meses
 - 12 meses
 - 18 meses
 - 24 meses

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Pesquisas recentes sobre o adoecimento de professores em relação ao seu trabalho são fundamentais para o entendimento do processo saúde-doença desses profissionais. Em tais estudos, os dados relativos aos afastamentos do trabalho desses professores apontam como principais causas:
- transtornos mentais e comportamentais
 - doenças dos aparelhos circulatório e motor
 - disfunções dos sistemas respiratório e cognitivo
 - enfermidades dos sistemas osteomuscular e conjuntivo
27. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a educação é um dever da família e do Estado e tem por finalidade o desenvolvimento pleno do educando bem como seu preparo para o exercício da cidadania e do trabalho. No que se refere à responsabilidade do Estado, o seu dever de ofertar a educação básica obrigatória compreende a seguinte faixa etária:
- 07 a 14 anos
 - 06 a 17 anos
 - 06 a 14 anos
 - 04 a 17 anos
28. A atividade laboral a ser realizada pelo educando adolescente, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), deve, prioritariamente, ter a seguinte natureza:
- tutelada
 - regulada
 - educativa
 - produtiva
29. O trabalho dos diversos profissionais no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) requer como abordagem a interdisciplinaridade, com o intuito de assegurar uma intervenção capaz de responder às múltiplas demandas dos sujeitos. Nesse sentido, os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social apontam que este trabalho interdisciplinar deve ser orientado pela seguinte perspectiva:
- do consenso
 - da totalidade
 - do empoderamento
 - da correlação de forças
30. As visitas domiciliares são instrumentos de trabalho que permitem o conhecimento das condições de vida dos usuários envolvendo suas situações de moradia e suas relações familiares e comunitárias. De acordo com os Parâmetros de Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Saúde, estes profissionais devem se valer desse instrumento visando à:
- verificação dos dados fornecidos
 - formulação de diagnósticos
 - ampliação das informações
 - expansão dos direitos
31. Verifica-se, na atual política de assistência social brasileira, a adoção pelos estados e municípios de variadas modalidades de terceirização, o que se dá por meio da mediação de empresas ou de Organizações Não Governamentais (ONGs), tanto na contratação de profissionais quanto na prestação de serviços socioassistenciais. Tal processo implementado pelo Estado configura uma:
- ação indireta
 - representação direta
 - administração essencial
 - reorganização gerencial

32. Uma das respostas do capitalismo mundial à crise experimentada pela burguesia na década de 1970 foi a constituição de um modelo de gestão produtiva marcado por novos sistemas de produção, novos mercados e altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Esse modelo denomina-se:
- processo Kanban
 - estratégia fordista
 - acumulação flexível
 - sistema *just in time*
33. A partir dos anos 1990, houve um grande crescimento do ensino superior no Brasil, especialmente por meio do setor privado, que se expandiu, de forma ampla, a partir da arquitetura jurídico-institucional criada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, para subsidiá-lo. Nessa perspectiva, o Estado desempenha a função, no que diz respeito à educação superior, de:
- executor
 - regulador
 - observador
 - mantenedor
34. Ao sustentar a ideia de que a família é a principal instância de proteção social dos indivíduos, os adeptos dessa corrente de pensamento entendem que a intervenção do Estado sobre a instituição familiar deve-se dar, apenas, em situações singulares. Nesta perspectiva, a relação entre a política de assistência social e família será pautada pela concepção de:
- ajuda
 - direito
 - falência
 - controle
35. O desenvolvimento do “terceiro setor” no Brasil, a partir da década de 1990, representa uma alteração no padrão de resposta do Estado à questão social, sobretudo no que tange às suas responsabilidades no provimento da proteção social dos cidadãos. No que se refere à relação Estado/sociedade, uma tendência observada nesse processo, e apontada por críticos desse conceito, é a:
- despolitização da questão social
 - centralização dos direitos sociais
 - diluição das organizações sociais
 - fragmentação do bem-estar social
36. No que se refere ao campo da saúde, é consensual o pressuposto de que o profissional precisa romper com práticas rotineiras e burocráticas e buscar a reorganização da sua atuação, tendo como norte as condições de vida dos usuários e os referenciais teóricos e políticos hegemônicos na profissão. Para que isso ocorra, o CFESS recomenda a adoção da seguinte estratégia:
- monitoramento contínuo
 - capacitação permanente
 - avaliação intermitente
 - mobilização política
37. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), os serviços socioassistenciais se distribuem entre os campos da proteção social, de acordo com as especificidades das demandas. Assim, os serviços destinados a pessoas em situação de risco pessoal ou social se diferenciam das demais modalidades de proteção e são classificados como:
- serviço de vigilância permanente
 - atenção focalizada contínua
 - seguridade social ampliada
 - proteção social especial
38. Um dos direitos sociais garantidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é:
- proteção à maternidade
 - auxílio-desemprego
 - licença-paternidade
 - salário-família
39. Em 2013, o conceito de saúde contido na Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, foi alterado em função da inclusão de um novo fator determinante e condicionante da saúde, que é:
- meio ambiente
 - atividade física
 - assistência religiosa
 - atendimento humanizado
40. A Lei nº 8142/1990 preconiza que os recursos do Fundo Nacional de Saúde deverão ser destinados a investimentos na rede de serviços, à cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar e às demais ações de saúde. Porém, para receberem tais recursos, os municípios deverão contar com cinco elementos constitutivos da gestão democrática da saúde. Um desses elementos é:
- complementaridade da iniciativa privada
 - representação sindical na saúde
 - plano de saúde
 - conselho gestor
41. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), as ações ofertadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) têm por objetivo a proteção à família, à infância, à adolescência e à velhice. Para tanto, sua base de organização deve estar relacionada a:
- integração dos serviços
 - controle social
 - CadÚnico
 - território
42. Considerando a Lei 10.741/2003, a participação dos idosos em atividades culturais e de lazer deve ser proporcionada por meio de descontos no *valor dos ingressos* para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como por meio de uma política de *acesso* aos respectivos locais dos eventos. Essas variáveis, quanto ao valor do ingresso e da política de acesso, estão indicadas na seguinte alternativa:
- pelo menos 50% no valor do ingresso / preferencial
 - gratuidade integral do ingresso / limitado a 5% das vagas
 - 50% no valor do ingresso / garantido a 20% do total de vagas
 - gratuidade integral indicada pelo CadÚnico / ilimitado

43. No debate político e acadêmico acerca do trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático, o principal referencial teórico utilizado pelos autores do Serviço Social nos estudos sobre os conselhos de políticas e de direitos e a principal perspectiva de análise desses autores são:
- A) Gramsci / contradição de classes
 - B) Habermas / locus de pactuação de interesses
 - C) Althusser / espaço de cooptação da sociedade civil
 - D) Hobsbawm / incompatibilidade com a democracia representativa
44. Ao discutir a assessoria/consultoria no campo das competências profissionais, Matos identifica duas frentes de trabalho dos assistentes sociais: uma é a assessoria à gestão das políticas sociais, mais desenvolvida por esses profissionais; outra, pouco explorada, mas que guarda grande potencialidade, é a assessoria:
- A) à equipe de Serviço Social
 - B) à organização política dos usuários
 - C) aos representantes do Poder Legislativo
 - D) ao movimento sindical dos trabalhadores
45. Na concepção de Miotto, as atividades de orientação e o acompanhamento a indivíduos, grupos e famílias a serem realizadas pelo Serviço Social, à luz dos fundamentos do atual projeto profissional, constituem ações da seguinte natureza:
- A) ideopolítica
 - B) psicossocial
 - C) socioeducativa
 - D) socioassistencial
46. A realização dos estudos socioeconômicos para fins de benefícios e serviços sociais legítima o reconhecimento social de uma ação historicamente construída pela profissão, com destaque para a sua realização no âmbito das políticas sociais. Nos marcos da atual legislação profissional da categoria de assistentes sociais, essa ação pode ser caracterizada como:
- A) dever
 - B) atribuição
 - C) prerrogativa
 - D) competência
47. Considere a categoria que é apropriada pelo planejamento por agregar ao processo de formulação de políticas a noção de mobilização, negociação, movimento, manejo de técnicas, recursos, enfim, de todos os meios necessários para enfrentar uma situação complexa. Essa categoria se denomina:
- A) eficiência
 - B) estratégia
 - C) pactuação
 - D) participação
48. Ações profissionais imediatas, isoladas e assistemáticas, que promovem encaminhamentos, orientações e aconselhamentos, conformam uma histórica atividade do Serviço Social denominada plantão. Estudos de Vasconcelos apontam que tal atividade pode ser reduzida à seguinte prática:
- A) conservadora, fiscalizadora dos usuários
 - B) messiânica, garantidora de direitos
 - C) burocrática, não assistencial
 - D) fatalista, não emancipatória
49. Na perspectiva de Barroco e Terra, o Código de Ética dos Assistentes Sociais aborda a relação do exercício profissional com a viabilização das conquistas sociais, quando inclui os seguintes princípios éticos:
- A) incentivo à equidade no acesso dos serviços prestados à população / compromisso com a qualidade na prestação destes
 - B) fortalecimento dos mecanismos de controle social / posição favorável à universalidade dos serviços sociais
 - C) fomento à participação na luta dos trabalhadores / seu engajamento nos movimentos sociais
 - D) defesa dos direitos humanos / ampliação e a consolidação da cidadania;
50. Ao discutir o tensionamento existente na relação entre projeto ético-político do Serviço Social e o estatuto assalariado dessa profissão, Yamamoto afirma que tal conjunção dá visibilidade à seguinte dupla determinação do trabalho do assistente social:
- A) útil e abstrato
 - B) fatalista e messiânico
 - C) necessário e excedente
 - D) controlado e autônomo